

## Do Ultimatum ao 31 de Janeiro

*Joaquim Domingues*  
*Investigadora e Ensaísta*

Começo por felicitar a Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela lembrança de celebrar o centenário do nascimento de Basílio Teles. Iniciativa que, ao integrar a apresentação do volume dos seus escritos filosóficos, editado pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, assume feição ainda mais marcante, que oxalá dê novo impulso ao estudo, até hoje tão descurado, da sua obra e personalidade. Quem mo lembra é Álvaro Ribeiro (cujo colóquio do ano passado também lhe fica associado através das respectivas actas), o qual por certo muito apreciaria este esforço para religar o pensador singular ao movimento portuense e português, onde tem direito a figurar por mérito próprio.

Grato por me ser dado participar nesta homenagem, tenho de pedir desculpa pela pobreza do contributo, limitado, além de razões internas, por circunstâncias exteriores. Tendo aceite a sugestão para me ocupar do volume *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, não ignorava o lugar central que ocupa na obra de Basílio Teles, nem tão-pouco as ressonâncias que nele convergem e dele derivam. Torna-se por isso evidente a desconformidade do propósito de abordar em meia dúzia de páginas um escrito de quatrocentas e cinquenta, com todas as implicações que se sabem ou supõem.

Ainda assim, ousou antepor às brevíssimas notas ou considerações suscitadas pelo que será porventura o seu melhor livro, algumas observações que julgo oportunas nesta circunstância. É que, mais uma vez, se me depararam obstáculos que, de tão repetidos, chegam a ser triviais; neste caso, não tanto os de aceder aos seus livros, que fui coligindo ao longo de alguns decénios, embora escasseiem na generalidade das bibliotecas, mas sobretudo dos elementos informativos

indispensáveis a qualquer estudo minimamente cuidado. Tanto quanto julgo, com efeito, nem existe satisfatória biografia de Basílio Teles, nem tão-pouco completo registo dos escritos dispersos e da escassa, mas ainda assim significativa, bibliografia passiva.

É minha convicção de que pouco se poderá avançar na compreensão deste como de qualquer outro autor nosso sem a luz de uma teoria da história e da cultura portuguesas, por sua vez integradas numa concepção do movimento universal do homem. O certo, porém, é que tais luzes não dispensam a competente recolha e organização de toda a informação positiva, na qual a teorização possa apoiar-se e ser aferida. Estou mesmo em crer que a predilecção pelo estudo de certos autores, ditos universais, se explica muitas vezes pelo facto de serem acessíveis a qualquer um as respectivas biografias, bibliografias, vocabulários específicos e toda a panóplia de recursos úteis ao trabalho reflexivo.

Ora, a organização desses elementos de estudo, de consulta e de orientação, que deve competir, antes de mais, às instituições de cultura, tem sido em boa parte realizada entre nós por alguns homens que só não direi isolados porque o não são de facto, ainda que o sejam de direito, pois raramente o seu contributo é devidamente reconhecido, mesmo por quem dele se aproveita. Não se trata, nesta oportunidade, de reivindicar quaisquer louros para homens como Pinharanda Gomes, por exemplo, a quem tanto devemos neste domínio, mas apenas de me interrogar acerca das razões de uma situação que confesso não compreender. Quando chegará a hora de as nossas entidades culturais e científicas estabelecerem planos e facultarem meios para o estudo sistemático dos autores, das obras, das escolas, das instituições e dos acontecimentos que têm dado feição própria à nossa vida espiritual?

Ao evocarmos Basílio Teles estamos precisamente perante um homem isolado: isolado em vida, por vontade própria; mas também depois de morto, pela dificuldade em integrá-lo numa perspectiva compreensiva do ciclo em que vivemos há cerca de duzentos e cinquenta anos. Homem sério, talvez demasiado sisudo – que confessava: «festas nunca tiveram para nós encanto algum» (Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Porto, 1905, p. 382) –, o primeiro desafio que nos coloca é de natureza ética. Trata-se de enfrentar a pergunta que ele mesmo levanta depois das penosas páginas onde traça o perfil do povo português: «– de que serve quebrar a cabeça para evitar o inevitável? – “Retiremo-nos”, decidem uns; “ignoremos”, deliberam outros; “divirtamo-nos”, resolvem terceiros» (pp. 221-222).

A verdade é que, ontem como hoje, muitos serão os que crêem que «a nação não tem futuro; que toda a esperança numa revivescência pátria deve ser abandonada; que, portanto, não valem esforços, ideias, planos, para salvar o

que o destino condenou» (p. 220). A resposta de Basílio Teles, porém, ainda que pareça renitente no plano teórico, é inequívoca no plano prático ou ético; nem de outro modo se compreenderia que, passados catorze anos, como quem não podia esquecer um lance crucial da sua vida, da vida do seu povo, tivesse escrito aquele «esboço de história política», *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*. Por certo que ao longo desse tempo não deixara de reflectir sobre os acontecimentos, nem abandonara as razões que a ele o ligavam, tão viva é a reacção afectiva que a sua evocação desperta, tanto mais que, entretanto, nada de essencial se alterara no curso da vida nacional.

Ainda hoje emociona a leitura daquele toque a rebate, que reitera, revisto e ampliado, o Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891, de que fora um dos primeiros subscritores. Na verdade, embora singular, está longe de ser um livro isolado o seu, pois se integra na constelação onde brilham, cada um a seu modo, a *Pátria* (1896), de Guerra Junqueiro, *O Brasil Mental* (1898), de Bruno, e *O Fim* (1909), de António Patrício. Nem será talvez forçado considerar que, sobre um fundo dramático comum, enquanto Bruno se mostra mais próximo da visão esperançosa de Junqueiro, que justifica e secunda; António Patrício dará expressão trágica ao relativo pessimismo de Basílio Teles, onde as sombras estão muito mais carregadas.

E no entanto é Bruno quem assim caracteriza o companheiro de geração e o parceiro no secretariado da Liga Patriótica do Norte: «Um publicista dos modernos se extremou pelo laconismo luminoso do seu estilo e pela personalidade original de suas ideias, demonstrando um talento grande e elevado; foi o sr. Basílio Teles» (*Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, 1906, p. 417). É de presumir que à data em que exarou este juízo não tivesse ainda lido o livro que agora nos ocupa, a que se não refere; mas é ainda assim ao amigo que dá, na derradeira página do livro, a honra de dizer a última palavra em nome dos modernos publicistas portugueses, indiscrepantemente afirmando a postura ética de sempre: a de quem se dispõe a dar a vida pela pátria «no minuto previsto e doloroso em que haja de resgatar-se a subserviência dum povo escravo com alguns actos dignos de cidadãos e de homens livres» (p. 425).

Dir-se-ia estar aqui lançado o mote que António Patrício dramatizará n' *O Fim*. Em contrapartida, Bruno, mais confiante, concebe o esforço pessoal, nacional e humano como «convergindo, na serenidade educativa do instante presente, para afeiçoar os ânimos àquelas responsabilidades activas das horas futuras» (*Ibidem*). Para o filósofo d' *A Ideia de Deus* a certeza da futura reintegração garante o significado positivo da história, porque o mal não é irremissível.

Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, se tem um estilo 'luminoso', está longe do

laconismo característico do autor, já que a severa atitude do homem de ciência se deixa contaminar pelo ímpeto patriótico do português, inconformado perante o destino que querem impor ao seu povo. Compreendem-se, por isso, ainda que se não justifiquem, alguns excessos verbais, certa parcialidade dos juízos e até alguma injustiça nas avaliações. O padrão por que podem aferir-se as suas preferências é o daqueles homens que, como o alferes Malheiro, mesmo convencido da inevitabilidade do desastre, se juntou aos revoltosos por uma solidariedade na desgraça, ou o tenente Coelho que, apesar de ter compreendido tudo desde a concentração em Santo Ovídio, mas «republicano sincero e carácter um tanto fatalista, aceitou a sua sorte com uma espécie de tranquilidade indiferente» (p. 386).

Adivinha-se que Basílio Teles com eles se identifica já que, depois de ter sintetizado as razões contra a oportunidade do levantamento, expostas na reunião de 27 de Janeiro por «um dos assistentes, que se conservara em silêncio» (p. 337) – e não teria sido outro senão ele mesmo –, dedica as páginas mais enigmáticas e surpreendentes do livro, de novo, a um desconhecido. Refiro-me ao capítulo XVI, literariamente o mais curioso, onde narra a chegada ao teatro das operações, pouco passava das dez horas, de alguém que começa por avaliar a situação. Perante a evidência de que se aproximava o desfecho do confronto e o fim do sonho libertador, dirige-se para o edifício da câmara municipal, onde se tinham refugiado os últimos revoltosos:

«Que fazer? Entrar? Vejamos, primeiro, quem se encontra dentro, a estas horas. Bate-se, discretamente. Alonga-se uma fenda avara, uma pupila espreita, a tira dum rosto desconhecido reluz. – “Fulano, Sicrano, um Tal, – estão?” “Ninguém” – responde uma voz abafada – “militares só”. E a porta cerra-se. Insiste-se de fora em parlamentar. Nada. – “Mau”.» (p. 422)

Percebe-se, pois, que o laconismo a que Bruno se refere não é tanto de ordem literária como de natureza ética. É o que explica a fria e serena determinação que o leva, de moto próprio, sem mandato seja de quem for, movido apenas pela solidariedade para com os que estão em risco e pela fidelidade aos valores comuns, a traçar e executar com o auxílio de dois amigos as últimas diligências que, ao menos, possibilitassem a retirada dos soldados acantonados numa posição indefensável. As diligências resultaram inúteis, é certo, mas o combate, espartanamente, fora levado até ao fim, até ao limite do imaginável.

Se o tom dos juízos morais e políticos é marcado por um patriotismo a toda a prova, a objectividade e o distanciamento são a nota dominante na descrição e análise dos factos. É assaz curioso observar como o cientista social, a quem fora dado em 1890 o honroso encargo de apresentar a Revista de Ciências Naturais e Sociais, da Sociedade Carlos Ribeiro, enuncia neste volume as sucessivas hipóteses

susceptíveis de explicar os factos, no fito de encontrar uma regra que esteja para além da mera descrição. Não sendo viável, neste domínio científico, a experimentação laboratorial, nem tão-pouco legítimo provocar fenómenos para os observar, a avaliação da verosimilhança das hipóteses impõe o recurso à imaginação científica para encontrar um encadeamento satisfatório, ainda que limitado por inevitável subjectividade e patente precaridade.

Digno de nota é o quadro por ele traçado da evolução mental da sociedade portuguesa a partir de meados do século XIX, desde o aparecimento da chamada escola de Coimbra, que condicionou todo o percurso social e político subsequente. O relevo dado à crítica que atingiu tanto as práticas, como as crenças e até as fontes escriturísticas cristãs é sem dúvida pertinente para compreender muitas das características de uma sociedade em transição e em crise. Alguns matizes, porém, sugerem quanto a experiência pessoal aflora também nessa análise, quer no modo como valoriza a ciência, quer na tese de que as crenças religiosas tinham sofrido então um golpe irremediável.

É sintomático que interprete a evolução da sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX como um progressivo, ainda que lento, alinhamento com o que se passaria nos países mais avançados do ponto de vista científico e social. Daí que passe de todo em claro o que à data era já por demais evidente entre nós, mas não só, quer no âmbito da vida religiosa, onde a influência da Igreja se restabelecia, quer no plano do pensamento filosófico, em que as linhas de rumo dominantes no século XIX tinham começado a ser postas em causa e mesmo ultrapassadas. Percebe-se que não valorizasse o magistério que Bruno exercia já nessa altura, pois eram da mesma geração, embora de orientações bem distintas; mas é estranho que tenha ignorado outros sinais concordantes, já por ele assinalados no referido texto de 1890, quer no âmbito da literatura e das artes plásticas, quer no da epistemologia e da filosofia em geral, um homem tão atento aos sinais do seu tempo, como observa Amorim de Carvalho (*Deus e o Homem na Poesia e na Filosofia*, Porto, s. d., pp. 166-167).

O certo é haver na sua atitude mental algumas oscilações, porventura incoerências, apontadas pelo Dr. António Braz Teixeira no prefácio aos *Ensaios Filosóficos*, que dir-se-ia compensadas por uma exigência ética que, admirada até por um Luís de Magalhães, não era isenta de rigidez, a ponto de o colocar numa situação insustentável. Assim, por exemplo, ao acentuar a historicidade das religiões, compreende-se que o seu fito fosse o de mostrar que elas estão destinadas a passar à história; no entanto, admite que o sentimento religioso, esse, permaneça para além dos circunstancialismos históricos e culturais. A dúvida quanto à perenidade do sentimento religioso leva-o a esta surpreendente observação: «Esta é a questão; e questão de tal magnitude que, se a civilização contemporânea, assente quase

integralmente na Ciência e no utilitarismo, vier um dia a sucumbir, quer-nos parecer que essa derrocada, por nós pressentida às vezes, derivará, parcialmente ao menos, da sua impotência em lhe encontrar uma resposta.» (p. 37)

Quem assim se exprime, entendia contudo que os progressos do conhecimento humano convergiam para «uma concepção suprema: o Universo incriado e indestrutível, uno na matéria que o constituía e na força que o animava, manifestando-se, numa ordem regular e por causas naturais, em fenómenos e seres variadíssimos, mas guardando entre si uma solidariedade estreita, desde a nebulosa até ao astro, desde o protista até ao homem, desde o clã até às mais altas civilizações da Europa» (pp. 43-44). Estaríamos assim perante um monismo, que até na linguagem lembra o da 'força e matéria', tidas como dois aspectos da mesma realidade por Luís Buchner. E, no entanto, a juízo de Basílio Teles, as mais altas civilizações da Europa tinham sido construídas sobre a noção de liberdade, que aliás constituía, em última análise, a razão de ser do seu combate político e social; o que parece assaz difícil de conciliar àquele monismo que Amorim de Carvalho qualifica como, «talvez, o mais radical materialismo na explicação do superior pelo inferior: progressivamente mundo – vida – homem, na Natureza em si, por si e para si, onde tudo é actualidade» (lugar citado, p. 193).

Os árias ou indo-europeus, cuja superioridade sobre todas as outras raças considerava evidente, teriam sido os únicos «a conceber a liberdade no pensamento e a liberdade nos actos, a ordem na natureza e a ordem na sociedade». Valores que, dominantes na Europa, faziam dela «uma só e grande civilização, espécie de confederação moral, radicalmente homogénea, cujo pensamento comum» estava sintetizado «na teoria do Progresso». Sendo que tal realidade, ainda que aparentemente circunscrita, era de âmbito tão vasto que, a seu ver, «a história geral da civilização humana poderia concentrar-se, em última análise, na história da origem e gradual hegemonia no mundo» dessa raça (p. 42).

A dificuldade em conciliar estas vertentes recorda-nos o drama intenso que por esses anos vivia um jovem – Leonardo Coimbra – que muito admirava a personalidade de Basílio Teles, como deixou expressamente consignado. Aquando da morte de Emilio Boutroux dedicou-lhe ele um emotivo artigo em que recorda a dívida contraída para com quem o libertara daquele «determinismo de ligações totais que um Haeckel e um Dantec tinham, generalizando das ciências, feito tombar sobre as almas inquietas» (Dispersos - II, Lisboa, 1987, p. 308). Dir-se-ia que Basílio Teles, de algum modo paralisado pela mesma insustentável contradição – ao afirmar simultaneamente a lei e a liberdade, dentro de um sistema fechado, uno na matéria e na força, sem transcendência –, encontrou na atitude ética a única saída subjectiva.

Se é legítima a metáfora, diria que a crise religiosa, por um lado, e o prestígio da ciência, pelo outro, tal a Cila e a Caribdes da lenda, representam os dois escolhos entre os quais se debateu este homem, determinado e inquieto. A linha de fuga objectiva, que é como quem diz, o rumo mais persistente e porventura também o mais fecundo encontrou-o ele no amor pelo povo português, no indelével patriotismo que define a constante da sua vida e da sua obra. Nem de outro modo se compreende que, não obstante recusar todos os cargos políticos e sociais que lhe foram oferecidos, não descansasse no afã de estudar e contribuir para a solução dos problemas nacionais, cuja aplicação confiava no entanto aos que tinha por melhor colocados para o efeito, como no caso exemplar do documento entregue a Teófilo Braga logo após o 5 de Outubro.

Vem aqui a talhe de foice o alvitre proposto algures, segundo o qual a redacção do volume *Do Ultimatum* ao 32 de Janeiro, mais do que como tentativa para interpretar uma fase especialmente complexa da vida portuguesa, a que ele estava pessoalmente ligado, surgira de uma motivação essencialmente prática. Sob o pretexto de analisar a revolta frustrada, o fito teria sido o de oferecer aos republicanos portugueses um guia útil para a acção revolucionária que, mais cedo ou mais tarde, haveriam de desencadear de novo. E a verdade é que algumas passagens do texto autorizam esta perspectiva que, a bem ver, não desdiz do seu valor científico e testemunhal.

O facto é que o primeiro livro de Basílio Teles reeditado após a sua morte foi precisamente este, cuja segunda edição, com um longo prefácio de Augusto da Costa Dias, traz a data de 1968. Por sinal, logo em 1975, outra reedição surgiria, a dos dois opúsculos dados a público em 1911, na sequência do 5 de Outubro, *As Ditaduras* e *O Regime Revolucionário*, desta vez com prefácio de Vital Moreira e introdução de Fernando Catroga. É caso para dizer, parafraseando Bruno a propósito desta sincronicidade, que não há nada tão prático como uma boa teoria.

A verdade é que, se a história se não repete, pode falar-se, ainda assim, de constantes, de regularidades ou, porventura, de coincidências. Dá que pensar, com efeito, que o problema analisado por Basílio Teles em *Do Ultimatum* ao 31 de Janeiro estivesse polarizado nas vicissitudes dos nossos territórios africanos, vítimas da cobiça inglesa; tal como os ocorridos entre aquelas duas reedições, em 1974, com algumas variantes quanto aos intervenientes e ao desfecho. Como se, por singular caso ou acaso, o destino de Portugal se jogasse em África, pelo menos desde o século XV, se não é que desde muito mais remota data.

O tema, por inesperado, requereria uma pausa, indispensável à ponderação de factores que porventura extravasam da obra que me ocupou. Reconhecê-lo é ainda prestar homenagem ao homem cuja obra não caiu de todo na história. Pois

